

SÉRIE DEBATES, 1

COLÓQUIO SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO

São Paulo, 13 de maio 1996

SUMÁRIO

<i>Colóquio sobre reorganização da rede estadual de ensino de São Paulo - Edição do debate</i>	<i>5</i>
<i>Intervenção de Célia Maria Benedicto Giglio, representante do Fórum Regional de Educação da Zona Leste</i>	<i>29</i>
<i>Reorganização da rede escolar estadual de São Paulo - Elie Ghanem - Ação Educativa.....</i>	<i>35</i>

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

Av. Higienópolis, 901 - Higienópolis

01238-001 - São Paulo - SP

Tel: (011)825-5544 / Fax: (011)66-1082

E-mail: acaoeducativ@ax.apc.org

Ação Educativa é uma organização não governamental sem fins lucrativos que apóia e propõe programas educativos e ações visando o envolvimento da sociedade com as questões educacionais e da juventude. Tem em vista a construção da democracia e a promoção da solidariedade, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Seus serviços se orientam para a defesa dos direitos educacionais e qualificação da educação das camadas populares, além da criação de oportunidades para a expressão e ação de grupos juvenis.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação:

História e Filosofia da Educação

Rua Monte Alegre, 984 - 4º andar - Perdizes

05014-901 - São Paulo - SP

Tel: (011)873-3499 - ramal 210 / Fax: (011)864-5159

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que citada a fonte.

São Paulo, 1996.

Apoio:

The Save the Children Fund

Instituição Britânica de Apoio às Crianças

Christian Aid

APRESENTAÇÃO

A necessidade de conferir prioridade à educação tem sido colocada na opinião pública por discursos das mais diferentes origens. Ao mesmo tempo, multiplicam-se iniciativas governamentais no sentido de um reordenamento desse setor. Nesse quadro, diversos temas educacionais têm demandado uma melhor compreensão, devido ao caráter polêmico que assumem, à necessidade de distinguir as posições e de dispor de informações para formar juízos fundamentados.

Reconhecendo a necessidade de ampliar o debate sobre estes temas, promovendo o diálogo entre os diferentes segmentos e divulgando informações necessárias à tomada de posição, **Ação Educativa** e o **Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da PUC/SP**, estão promovendo uma série de colóquios, sobre os seguintes temas:

- Reorganização da Rede Escolar Estadual de São Paulo
- Emenda à Constituição nº 233-A, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Mecanismos e problemas de financiamento da educação
- Ações de mobilização para efetivar o direito à educação

Os colóquios têm o caráter de um debate que permita a livre expressão dos pontos de vista dos participantes, que são pessoas envolvidas com o tema seja em termos de operacionalização (responsáveis pelas políticas públicas, administradores, técnicos e usuários do setor educativo) seja de reflexão sobre as políticas educacionais (pesquisadores universitários e de fundações, membros de ONGs). Previmos a gravação e edição dos debates para posterior divulgação, mediante a autorização dos participantes.

O primeiro colóquio foi realizado no dia 13/05/96 e contou com a participação de:

- Sônia Penin, coordenadora da Coordenadoria de Ensino da

Grande São Paulo, da Secretaria do Estado da Educação;

- Maria Cândida Cardinali Perez, coordenadora do Centro de Informações Educacionais, da Secretaria do Estado da Educação;
- Lizete Arelaro, secretária da Educação do Município de Diadema;
- Ana Maria Quadros, vereadora (PSDB) e presidenta da Apase;
- Beatriz Pardi, deputada estadual (PT);
- Romualdo Portella, professor da USP;
- Roberto Augusto Torres Leme, Presidente da Udemo;
- Jeanete Beauchamp, diretora da Apeoesp;
- Célia Maria Benedicto Giglio, do Fórum de Educação da Zona Leste.

A coordenação do colóquio, realizado na sede da PUC/SP, ficou a cargo da Profa. Mirian Jorge Warde, coordenadora do **Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC**.

COLÓQUIO SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO¹

São Paulo, 13 de maio de 1996

As representantes da Secretária de Educação, Sônia Penin e Maria Cândida Cardinalli Perez, apresentaram a proposta de Reorganização da Secretária. Em seguida, foi aberto o debate entre os participantes.

Sônia Penin:

A reorganização da rede é um projeto que veio no bojo da política educacional deste governo, cujas diretrizes básicas são a reforma e racionalização administrativa e financeira; a mudança no padrão de gestão; a melhoria do processo de ensino, com atendimento às demandas da população, valorização do pessoal e aumento da eficiência do sistema escolar. A reorganização da rede, portanto, está inserida em uma reforma administrativa mais ampla, iniciada, num primeiro momento, com a extinção de uma das instâncias da administração - as Divisões Regionais de Ensino (DREs) - e com mudanças no padrão de gestão. Ao se fazer uma seleção para escolher os delegados de ensino, valorizou-se essa área de atuação. Procuramos assegurar que os novos delegados fossem não só pessoas com um perfil político adequado, como também possuidoras de uma maior capacitação profissional. A seleção buscou, assim, reforçar as Delegacias de Ensino (D.E.), contribuindo para a descentralização, mais uma diretriz da política educacional.

Extintas as DREs e realizada a seleção dos delegados, o movimento seguinte foi o cadastramento dos alunos, para se conhecer, identificar e melhor localizar a população escolar. Num segundo momento, em função das necessidades levantadas, buscou-se reorganizar toda a riqueza existente, não apenas em termos de patrimônio e de equipamentos, mas de pessoal, para melhor aproveitar os recursos disponíveis. É este o espírito da reorganização: atender à necessidade de racionalizar o que já existia. Além disso, a medida veio responder a análises pedagógicas e históricas da estrutura da rede estadual, apontando a conveniência de se dividir as escolas, a fim de

¹ A edição do debate foi realizada por Madza Julita Nogueira e Livia De Tommasi.

proporcionar um atendimento mais racional. Essa racionalização se reflete no âmbito pedagógico, permitindo que cada unidade organize um projeto escolar específico por faixa etária, contando com professores que possam permanecer mais tempo na escola, o que antes era impossível. Existia uma situação de fato: devido à fragmentação das classes de 5ª a 8ª série, os professores acabavam assumindo aulas em várias escolas. As escolas, nos últimos anos, tenderam a diminuir de tamanho; portanto, era reduzido o número de aulas que os professores, em especial P3, podiam conseguir em cada escola. Eles eram obrigados a passar por várias escolas para completar sua carga horária. A reorganização, ao reunir na mesma escola classes de 5ª a 8ª que estavam dispersas por várias unidades, permitiu que os professores ficassem mais na escola, o que possibilita mais envolvimento no trabalho pedagógico coletivo, mais contato com os pais e com a comunidade. A reorganização possibilita, ainda, que os docentes realizem horas de trabalho pedagógico fora da sala de aula, de forma optativa, dentro das escolas. E mais: os professores P1 nas escolas de 1ª a 4ª série, podem agora trabalhar em uma só classe e ganhar por 40 horas. Outro benefício resultante desta medida é que ela permite equipar as escolas com material adequado a cada faixa etária. Torna-se possível, por exemplo, organizar salas ambientes e prever formas de utilização do espaço que potencializem o trabalho pedagógico ali realizado.

Além de previsíveis impactos sobre a melhoria da qualidade do ensino, a reorganização trouxe também a possibilidade de se ocupar os espaços de uma forma mais adequada. Muitas escolas apresentavam salas ociosas. A reorganização potencializou o uso dos espaços e chegou a desativar escolas, em locais em que houve queda de demanda. Com isso, a médio e longo prazo, os recursos assim economizados poderão ser realocados para se construir escolas ou ampliar classes onde houver necessidade.

A reorganização das escolas, facilita ainda aos municípios assumirem em parte a sua responsabilidade com o 1º grau. O Estado pode então assumir melhor o 2º grau, que historicamente sempre ficou fora do orçamento da Secretaria.

Em termos mais amplos, a metodologia da reorganização tinha como

primeira premissa o envolvimento das D.E., dos delegados e dos grupos de diretores.

Sabemos que essa revolução no cotidiano das pessoas trouxe problemas de toda ordem. Eles ocorreram já na ocasião da escolha das escolas que iriam ficar com classes de 1ª a 4ª ou de 5ª série em diante. Ocorrem agora, quando as escolas devem fazer um projeto voltado à clientela que atendem. Continuaremos atuando sobre os problemas localizados que emergirem.

Conseguimos reorganizar aproximadamente 73% das unidades escolares.

Ao computar os benefícios resultantes desta reorganização, o dado mais contundente, que aponta para uma revolução no Estado de São Paulo, é o fato de que 2 milhões de alunos a mais, neste Estado, estão hoje com uma hora a mais de aula. Isso é um dado histórico fundamental e o desgaste sofrido valeu a pena.

Hoje temos 4 milhões e meio de alunos com 1 hora a mais de aula. Antes tínhamos 2 milhões e meio, os das antigas Escola-Padrão. Para conseguir o mesmo resultado sem reorganizar, teríamos que, magicamente, construir mais 200 escolas. Outro dado contundente, é a ampliação do tempo que os professores podem dedicar ao trabalho pedagógico, fora da sala de aula, sejam os de 1ª a 4ª, que podem ficar agora com uma classe apenas e com hora de trabalho pedagógico (HTP); sejam os professores P3, que podem também fazer a HTP. Mais que isso: estamos estimulando as escolas a elaborarem projetos de apoio aos alunos, projetos de reforço, o que significa mais 3 horas de trabalho com os estudantes, semanalmente.

A implementação da função de coordenador pedagógico nas escolas representa mais uma estratégia para apoiar o trabalho dos professores.

A reorganização das escolas foi acompanhada de substancial aumento nos recursos e autonomia das D.E. e das unidades escolares. A quantidade de verba recebida, hoje, pelas escolas é muito superior à dos anos anteriores. Os

recursos financeiros das delegacias de ensino são hoje dez vezes superiores à média dos anos anteriores, permitindo o repasse de verba às unidades escolares, de verba para manutenção, compra de materiais, serviços e outros. Estamos descentralizando grande parte das compras de equipamentos e material pedagógico. As D.E. e as escolas estão aprendendo a fazer licitação e podem comprar seu próprio material, segundo suas necessidades.

Maria Cândida Cardinalli Perez:

Em 1971, a lei 5.692 estabeleceu o ensino obrigatório de 8 anos. Na prática, ocorreu a junção do antigo grupo escolar e do ginásio. Essa lei pressupunha, no seu artigo 2º, a racionalização e a não duplicação: "o ensino de 1º e 2º graus, deve ser ministrado em estabelecimentos criados e organizados sob critérios que assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes". O artigo 3º dizia que, sem prejuízo de outras soluções que viessem a ser adotadas, os sistemas de ensino estimulariam no mesmo estabelecimento a oferta de modalidades diferentes de estudo, integrados por uma base comum, na mesma localidade. Isso seria feito através da reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas, ou através da entrosagem e intercomplementariedade dos estabelecimentos de ensino. O que aconteceu de fato é que caminhamos na contramão da lei 5.692: as antigas escolas que foram construídas até a década de 60 tinham em média 12 salas por escola. Ao longo do tempo, esse tamanho foi diminuindo. No segundo quinquênio da década de 80 e na década de 90, ele se reduziu drasticamente (tabela I).

Na década de 60, havia realmente um gargalo muito estreito entre primário e ginásio. Em 1963, para um contingente de 100 em 1ª a 4ª série, havia 14 em 5ª a 8ª. Há uma melhora, em 1967, no Estado de São Paulo, com a unificação do exame de admissão. A proporção passa a ser 100 para 21. Porém o grande salto acontece com a eliminação do exame de admissão, alterando a proporção para 100 e 65. Em 1976, quando a reorganização da rede física foi implementada, integrando-se ginásio e grupo escolar de forma praticamente compulsória, esse índice piora. Vai melhorar apenas ao final da

década de 90, por razões de várias ordens. Hoje a proporção é quase meio a meio, entre 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries (tabela III).

A questão que se coloca é: teria sido realmente necessária a junção da 1ª a 4ª com a 5ª a 8ª num único estabelecimento? A simples eliminação do exame de admissão, ou o aumento de vagas do antigo ginásio, não teria tido o mesmo efeito?

A tabela IV mostra como ficaram as escolas do Estado de São Paulo depois da reorganização. Em 1995, de 6.783 escolas, 559 eram só de 1ª a 4ª - eram escolas pequenas, que nós chamamos de Escola de Primeiro Grau Agrupada (EPGA) ou Escola de Primeiro Grau Rural (EPGR). Essas escolas eram exceção. A maioria eram as 3.659 escolas de CB a 8ª, as 2.461 de CB a 8ª e 2º grau. Havia ainda algumas poucas (104) escolas exclusivas de 2º grau, incluídos os Cefam (Centro Estadual de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Escolas exclusivas de 2º grau eram e continuam sendo raras na nossa rede de ensino.

Atualmente chegamos a 2.305 escolas exclusivas de 1ª a 4ª, no padrão semelhante ao que era o grupo escolar; 677 escolas que acolhem 1ª a 4ª no diurno, mas que possuem algumas classes no noturno, em geral de suplência, ou um resíduo das classes de 5ª a 8ª que não foi possível acomodar em escolas próximas; 407 escolas são apenas de 5ª a 8ª; 1.600 escolas são de 5ª a 8ª e 2º grau; 134 escolas são exclusivas de 2º grau; aproximadamente 300 escolas permaneceram de 1ª a 8ª ou de 1ª a 8ª e 2º grau, com os segmentos funcionando em ambientes separados, como por exemplo a Escola Experimental da Lapa.

Nos municípios em que há apenas uma escola ou em regiões muito congestionadas, permaneceram cerca de 1.800 escolas, no padrão antigo, atendendo de 1ª a 8ª, ou de 1ª a 8ª e 2º grau. Algumas escolas, em determinadas regiões, foram fechadas, porque existia ociosidade. Isso ocorria devido ao tipo de organização adotada, obrigando-se todas as escolas a terem classes de 1ª a 8ª. O Manual de Orientação Técnica - que foi distribuído para a rede com o fim de auxiliar os delegados a planejarem essa reorganização - traz

um exemplo bem elucidativo: no município de Buritizal, havia apenas 2 escolas, com um total de 9 classes de 5ª a 8ª no diurno. Uma das escolas possuía 5 classes e a outra 4. A primeira contava com 12 alunos na 7ª série e 18 na 8ª. Como era preciso colocar todas as séries em todas as escolas, acabava-se ocupando muito mais espaço que o necessário. Havia total ausência de otimização, gerando pressões por construção, muitas vezes improcedentes quando se trabalha com o total de alunos e o total de classes necessárias para acomodá-los em determinado município.

Em relação ao número de classes nas escolas, percebe-se que, em vez da pulverização anterior, há agora uma concentração: se em 1994 havia em média 11,4 classes por escola, hoje há 14,7. O grande ganho foi na 5ª a 8ª e 2º grau: se em 94 havia 16,4 classes por escola, hoje há 25. Volta-se a um padrão muito semelhante ao de 1972, antes da reforma da rede física, possibilitando aos professores, em especial P3, completarem sua jornada de trabalho em uma só escola ou, no máximo, em duas.

A falta de otimização fazia com que existisse uma quantidade muito grande de escolas que funcionavam com 4 ou 5 turnos e algumas até com 3 turnos diurnos. Em 95, havia cerca de 1.300 escolas que funcionavam nesse esquema; com a reorganização, não chega a 700 o número de escolas nessa situação. Assim, as crianças que estavam espremidas nesses 4 ou 5 turnos, hoje, podem estudar em um turno de 5 horas de aula. Antes eram 3 horas no máximo.

Lizete Arelaro:

Fomos todos surpreendidos pelo projeto da reorganização. Até dentro da própria Secretaria. Considero um retrocesso histórico a proposta de dividir a escola de oito anos em 4 mais 4. A Secretaria de Educação está matando uma possibilidade, até inédita, de termos, eventualmente, experiências pedagógicas interessantes no Estado de São Paulo. Existia um movimento bastante positivo, no sentido de que cada escola desenhasse isso que, para nós, constitui-se em questão de princípio: o seu projeto pedagógico. A avalanche da reforma não permite isso. Não há escola com projeto. A escola tem que se adequar a uma

bobagem pedagógica chamada faixa etária. Não há estudos científicos, pedagógicos e psicológicos que sustentem que a escola de 1ª a 4ª deva ser diferente da de 5ª a 8ª. Se fosse para se basear na psicologia ou na pedagogia, é necessário dizer que havia uma discussão na praça, sobre infância, adolescência e pré-adolescência - que está morta por enquanto - que talvez pudesse fundamentar uma eventual reorganização. Por que não foi considerada a possibilidade de um reagrupamento lento e gradual, em uma organização onde houvesse uma escola para as seis primeiras séries e outra para as cinco seguintes? Essa discussão estava colocada concretamente no país.

Outra questão que não foi colocada, e eu mostro e comprovo os dados, é o custo do que está sendo chamado otimização. Acabaram-se as escolas com quatro turnos. Considero isso um milagre, mas hoje vejo e constato que os espremidos em quatro turnos agora estão espremidos nas salas de aula. Temos 50 alunos por classe. As D.E.s estão proibidas de divulgar esses dados, seja para a academia seja para os secretários municipais de educação.

Quero também lembrar que a normalização da jornada de trabalho do professor não pode ser a razão maior para que nos organizemos desta ou daquela maneira. A jornada de trabalho é consequência de uma proposta pedagógica e não o inverso.

Ana Maria Quadros:

A reorganização da rede vai contribuir para melhorar a qualidade do ensino? Algumas variáveis são fundamentais para que haja qualidade. Ninguém discorda que, para se obtê-la, é necessário pagar bem aqueles que trabalham na educação: professores, diretores, vices, orientadores pedagógicos, orientadores educacionais - que quase não existem mais - supervisores, delegados de ensino; sem esquecer os funcionários do quadro de apoio escolar: o servente, o inspetor de aluno, o oficial de escola, o escriturário, o secretário de escola. Sem salários dignos não se consegue melhoria. Esta não é a única variável mas é extremamente importante. É preciso verbas para a educação, porque sem verbas não existe qualidade do

ensino.

A segunda variável é a jornada de trabalho do professor. Vários estudos elaborados na década de 70 já apontavam a composição da jornada de trabalho, por hora aula, como a pior maneira de se compor uma jornada do professor. E a Secretaria nunca mudou essa jornada de 20, de 30, de 40 horas. O correto é fixar o professor na escola onde leciona, prepara as aulas, estuda, atende pai, atende aluno, faz recuperação, reforço, aceleração, como se queira chamar. Essa jornada, de acordo com a reivindicação básica da categoria, deveria ser de 30 horas: 20 com os alunos e 10 para estudo, correção e preparação de provas. Qualquer profissional, para atuar no mercado de trabalho, precisa de atualização constante. Quem dá aula precisa ainda mais.

Outro fato que interfere é o número de alunos por sala de aula. Não é possível o professor trabalhar com 40-50 alunos, seja em classes de CB ou de 5ª a 8ª. Atender às diferenças individuais é inviável numa classe de 50 alunos, mesmo no 2º grau. No 3º grau, chega-se a trabalhar com 100 alunos, mas isto é colocado como um obstáculo à qualidade de ensino.

As condições do prédio também podem contribuir ou não para esta qualidade. As construções escolares, nos últimos anos, tendem a ser menores, com menos salas de aula, o que favorece a convivência entre os alunos e com a comunidade. Os Jumbo, como costumamos chamar as escolas muito grandes, apresentam todos os problemas possíveis.

É preciso também que exista material pedagógico destinado à formação dos educadores. A capacitação deve ser constante.

Quando os antigos primário e ginásio foram unidos, houve um aspecto negativo: todo mundo ficou mal acomodado, em condições precárias. Por outro lado, os professores de 1ª a 4ª e os de 5ª série e 2º grau se reuniram e, no planejamento passou a ser possível discutir, por exemplo, o que é Língua Portuguesa. Os professores de 1ª a 4ª saíram daquele mundo pequeno em que estavam fechados. O professor de 1ª a 4ª era muito submisso, ouvia muito o diretor; já o da 5ª série em diante era aquele que contestava o diretor, as normas da Secretaria, seguia um outro rumo. Esta convivência foi muito

positiva.

O convívio entre crianças e adolescentes também tem pontos positivos. Por exemplo, quando os grêmios estudantis foram criados, participavam alunos não apenas da 5ª série em diante, como até alunos das séries iniciais, a escola decidia.

Em relação à atual reorganização das escolas, os supervisores consideram positiva a possibilidade de fixar o professor na escola, a conquista de uma hora de aula a mais para os alunos, as duas horas de trabalho pedagógico optativo para os professores.

O ponto negativo foi a perda de conquistas da comunidade: estivemos numa região da Vila Lavieiro, por exemplo, em que a escola de 2º grau, fruto da luta da população, foi substituída por escola de 1º grau. Agora a de 2º grau fica distante dos alunos, que muitas vezes têm que tomar até duas conduções. A posição da Apase é a seguinte: se a reforma vier a prejudicar a comunidade, na medida em que os alunos tiverem que andar grandes distâncias e por isso ficar sem escola, ela não pode acontecer. Soubemos que em alguns lugares a comunidade ia ficar prejudicada e assim mesmo foi feita a reforma. O sindicato se posicionou contra, por ser autoritária a medida e não respeitar população.

Não poderíamos ter começado por um outro caminho que causasse menos danos e fosse igualmente positivo? Mas é preciso destacar a contradição: há pessoas felizes com as escolas de 1ª a 4ª, pais, alunos e professores; há pessoas felizes com as escolas de 5ª a 8ª, pais, alunos e professores. Mas há também pessoas profundamente marcadas e magoadas.

Jeanete Beauchamp:

A Apeoesp e as demais entidades da educação, junto com pais, alunos e professores da rede estadual foram informados pela grande imprensa que haveria, em 1996, uma reforma no ensino do Estado de São Paulo. A partir deste momento, as entidades procuraram a Secretária da Educação com o objetivo de marcar uma audiência.

Em junho de 1995, foi realizada esta reunião, mas a Secretaria não

adiantou nem os termos, nem os parâmetros em que se daria essa reforma. No segundo semestre, em agosto-setembro, foi realizado um cadastramento dos alunos da rede estadual que, do nosso ponto de vista, foi problemático, porque não considerou os evadidos, em um período do ano letivo no qual muitas crianças já estão fora da escola.

A Secretaria, em outubro, chamou-nos para explicar como se daria a reforma. Escolheu, para isso, três municípios pequenos: Buritzal, Valinhos e Piraju. Nessa ocasião, as entidades questionaram a situação da Grande São Paulo - realidade bastante diferenciada da apresentada - pois há municípios com 100 a 120 escolas, enquanto os exemplos dados eram de municípios com 2, 8 ou 17 escolas.

Depois disso, não se estabeleceu um diálogo. Nem com as entidades, nem com os pais e nem com os alunos nas diversas regiões. Foi somente em novembro do ano passado, que os pais e os professores começaram a tomar conhecimento da reorganização. Havia muitas dúvidas na rede pública: o professor não sabia para qual escola ele iria e como ficaria sua vida funcional. Na verdade, a divulgação massiva da proposta só aconteceu em dezembro, com as cartilhas já prontas. Apesar de os documentos da Secretaria de Educação afirmarem que tudo seria amplamente discutido com a comunidade, pais e alunos foram informados de um projeto que já era considerado irreversível pela Secretaria da Educação e de nada adiantou a mobilização dos pais no interior, na Grande São Paulo e Capital, no sentido de impedir a reorganização e tentar provar para a Secretaria da Educação que não dava para separar algumas escolas públicas estaduais. O interessante foi que surgiram movimentos da comunidade em função desse acontecimento. Este foi um saldo positivo da reforma.

A Apeoesp já vinha alertando a Secretária de Educação sobre algumas conseqüências problemáticas da reestruturação. A Secretária sempre colocava a questão da otimização, da racionalização de recursos. E colocava ainda com muita ênfase a contrapartida salarial que, na realidade, não aconteceu. No mês da data base, o professor passou a receber R\$ 2,58 a aula. Muitos professores aceitaram passivamente a reforma, mudaram de escola, com a expectativa de

uma contrapartida salarial que acabou não acontecendo.

Nos documentos e nas cartilhas da Secretaria da Educação, fala-se muito em mobiliário adequado, racionalização, otimização e muito pouco em projeto pedagógico, em qualidade de ensino. Fala-se muito em novo modelo pedagógico, que não foi detalhado em nenhum documento da Secretaria da Educação, o que nos leva a crer que deve resumir-se, apenas, em separar as crianças e jovens por faixa etária.

Os dados que vou apresentar são da própria Secretaria da Educação: foram fechadas 110 escolas no Estado de São Paulo, aproximadamente 8 mil salas. Em muitos locais, a comunidade forçou a reabertura de escolas ou salas de aula e a Secretaria acabou voltando atrás. Houve um número significativo de professores demitidos: cerca de 22 mil professores. As classes estão superlotadas. Estamos fazendo um levantamento do número de alunos por classe em todo o Estado. As escolas não fizeram o registro dos alunos que procuravam vaga, então, tivemos que solicitar cópia da relação dos alunos por classe para fazer esse levantamento. Dois meses depois do início das aulas, ainda não havíamos conseguido saber pela Secretaria de Educação quantos alunos havia em cada sala de aula. A Secretaria previa 30-35 alunos nas salas de 1ª a 4ª; 35-40 nas de 5ª a 8ª e 40-45 nas do colegial. Constatamos, entretanto, que há muitas escolas de 2º grau com 52-54 alunos.

Ainda em relação à qualidade de ensino, neste início de ano, a Apeoesp colocou à Secretaria a expectativa de que ela enviasse para as escolas subsídios para o período do planejamento, podendo ser vídeos ou textos, para que o professor discutisse e fizesse um planejamento mais elaborado. Para surpresa nossa, isso não aconteceu. O texto que embasou a discussão no período do planejamento foi produzido pela Apeoesp. O projeto da reorganização, em si, não ataca a questão da formação dos professores. A Secretaria não tem colocado a necessidade de oferecer subsídios pedagógicos aos professores. Enfim, os resultados desta medida, para nós, são bastante perversos.

Roberto Augusto Torres Leme:

A descontinuidade das políticas educacionais tem sido um problema muito sério e, enquanto não se priorizar a educação por um tempo muito maior do que o de uma administração, continuaremos com as dificuldades.

Vou abordar questões de ordem prática: como a reforma está funcionando dentro da escola. Quando pela primeira vez, em 23 de outubro, o projeto da Secretaria foi apresentado para as entidades, nós avaliamos que possivelmente ele teria conseqüências muito problemáticas, porque ele não havia sido discutido adequadamente. Não houve um entendimento sobre o projeto e o prazo para operacionalizar a reorganização foi muito curto, apenas novembro e dezembro. Isso acabou criando uma ansiedade muito grande em toda rede. O diretor da escola não tinha certeza sobre qual seria a sua escola no próximo ano. Um levantamento feito na ocasião, revelou que muitos estavam desejosos de que a sua escola fosse de 1ª a 4ª, sem julgar o mérito, porque ficaria mais fácil de trabalhar.

Hoje observamos que, nas escolas de 1ª a 4ª, tanto os professores quanto a direção, estão sem problemas, tendo em vista a clientela e a dificuldade histórica de entrosamento que sempre houve entre P1 e P3. As escolas de 5ª série para frente, estão numa situação desastrosa: em primeiro lugar, há o problema da superlotação das classes; há a questão do entrosamento do aluno e do professor com a nova escola. Não se pensou que existe, por parte dos professores, dos familiares e dos alunos um apego ao prédio, de alguma forma eles gostam da escola. Os alunos que receberam colegas de outra escola não os receberam bem, os novos companheiros de espaço lhe foram impostos; aqueles que foram deslocados para outras escolas sentiram-se traídos por terem que abandonar um lugar ao qual estavam ligados por uma vivência de anos. Isso tem gerado problemas sérios de ordem disciplinar. Essa fase de adaptação está muito difícil. Têm aumentado consideravelmente os episódios de violência na escola. Além disso, faltam professores - há também a questão salarial - e há na rede um déficit de 22 mil funcionários de apoio.

Romualdo Portella de Oliveira:

A forma pela qual a reorganização foi implementada não é uma questão menor. Temos assistido nos últimos anos, muitas políticas educacionais que, independentemente do seu mérito específico, foram comprometidas pela sua forma de implantação. Um exemplo de conhecimento de todos, foi a criação do ciclo básico na rede estadual. O ciclo básico foi decretado em 28/12/82 para vigorar em 1º de fevereiro do ano seguinte, sem preparação nenhuma. A medida ficou comprometida, pois o professorado não havia absorvido a mudança de concepção implícita na proposta. Um dos critérios para se avaliar uma política educacional é verificar se ela sobrevive a quem a propôs; se ela sobrevive ao governo que a gerou, se ela muda consciências de tal forma que, passado o governo, exista na rede de ensino quem a defenda junto à população. Nesse sentido, vou lembrar um outro exemplo: a experiência do governo Covas na prefeitura municipal, sob este ponto de vista, foi um fracasso, porque a forma como ele implementou as modificações não forjou consciências, de maneira a possibilitar que houvesse uma resistência organizada pela manutenção daquela política. A facilidade com que Jânio destruiu a política implementada pelo governo Covas é um sinal de que ela estava pouco consolidada no interior da rede.

A atual reforma tem sido acusada de autoritária pela sua forma de implementação. Um representante da Secretaria de Educação, em um debate, argumentava que a reforma não é autoritária porque já constava do programa de governo do Mário Covas. Vou elencar três argumentos contra essa proposição: em primeiro lugar, o candidato Mário Covas, oficialmente, não tinha um programa de governo para a área de educação. O documento que ele lançou foi um Documento Preliminar dado a público no final de setembro de 1994. As eleições eram no 3 de outubro. Portanto, o que está aqui não foi assumido como proposta de governo. Em segundo lugar, não consta aqui a proposta de reorganização da rede, mas isso é irrelevante. Não tem importância alguma se estava ou não no programa de governo uma determinada medida, porque o fato de o candidato ter sido eleito propondo isto ou aquilo, não legitima essa proposta a priori, para ser implementada no momento seguinte. A menos que a nossa concepção de democracia seja a de que à população esteja reservado o papel de votar, e voltar 4 anos depois para

votar. Numa sociedade democrática, ao contrário, procura-se ampliar os espaços de participação da população no cotidiano. Portanto, o argumento de que a reorganização era uma proposta de governo não tem valor nenhum, do ponto de vista de uma concepção democrática de gestão do Estado. Nas democracias, inclusive na incipiente democracia brasileira, tem-se procurado aperfeiçoar os mecanismos de participação direta e semi-direta, entre os períodos de uma eleição a outra. Exemplos deles são o referendo, o plebiscito e outros incorporados a nossa Constituição. É importante deixar claro que essa proposta não foi dada a público, depois de o governo assumir, para um debate democrático com os protagonistas, com os professores da rede, com a academia. Quando se abriu o debate, o posicionamento da Secretaria era de que a reforma era um fato consumado e se discutiria apenas como implementá-la.

Em terceiro lugar, vou trabalhar com uma contradição inerente à forma como a proposta foi encaminhada, de forma profundamente autoritária, mas recorrendo ao discurso democrático para legitimar-se, tanto na justificativa do decreto, quanto na justificativa encaminhada ao Conselho Estadual de Educação. Numa leitura atenta do parecer do Conselho Estadual de Educação, ele só legitima a proposta porque está baseada num encaminhamento democrático e que pressuporia uma discussão com a comunidade que, evidentemente, não existiu. Do ponto de vista estritamente legal, a proposta é ilegal porque a Lei 444/85, a Lei do Estatuto do Magistério, pressupõe que qualquer modificação na estrutura de funcionamento das escolas seja debatida pelo Conselho de Escola, o que não foi feito. Além disso, contraria os princípios da gestão democrática do ensino, presentes na Constituição Estadual e na Constituição Federal. Há algumas ações na Justiça contra esta proposta baseadas nessa ilegalidade, como por exemplo, uma ação impetrada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo no município de Ribeirão Preto, que está sub-judice. Uma análise da legislação pertinente, comprovaria facilmente a ilegalidade do encaminhamento da proposta nesses termos. Além disso, o parecer do Conselho Estadual de Educação é um parecer que só se justifica como manifestação de uma aceitação política da reforma. Evidentemente, ele possui laços de dependência política, históricos com a administração. Uma

leitura "técnica", acurada, do parecer mostra que a aceitação foi como um crédito de confiança na administração que tem demonstrado uma preocupação democrática com a gestão da escola. A partir daí, praticamente todo o corpo do manifesto, são ponderações sobre os perigos que a reforma acarreta.

Mirian Warde:

O que me espanta é que essa reforma tenha dispensado um censo preliminar, que há séculos não se faz neste país. A reforma aconteceu em cima de um enquadramento perverso, porque é o produto de repetências, de evasões, de não incorporações. Não ter sido produzida a partir de um censo é um sinal do que há de mais antidemocrático nesta reforma. Precisamos saber exatamente qual é a população em faixa de escolarização que o sistema público de ensino tem que atender. O desenho que resulta desta reforma é baseado na eliminação, na não incorporação e no desconhecimento demográfico da população do Estado de São Paulo. Contraditoriamente, feita a reforma, abre-se o cadastramento com base na fotografia do sistema e não numa projeção de atendimento. O cadastramento foi feito com quem já estava dentro. O censo permitiria uma fotografia efetiva de qual é a demanda e, com base nisso, uma reforma da rede física poderia expressar democraticamente o atendimento da maioria da população.

Sônia Penin:

A proposta de reorganização não deveria ser uma surpresa. Ela estava no projeto da campanha de Mário Covas. Três vídeos apresentados na televisão na época, discutem explicitamente a necessidade de reorganização da rede. Em março de 1995, o Diário Oficial publicou essa proposta para toda a população: esse seria o lado informativo da questão. Por outro lado, existe a vontade política de que a reforma seja algo que venha para ficar, acredita-se - e o importante é que esta idéia esteja atravessando mentes e corações - que haja um entendimento da necessidade de mudanças, até difíceis e sofridas, mas imprescindíveis.

Houve um interesse muito grande em que o debate sobre a reorganização acontecesse no âmbito das escolas e dos Conselhos de Escola.

É difícil fazer generalizações como ocorreu neste debate. Aconteceu em alguns lugares e não aconteceu em outros. É impossível, numa rede de 6.800 escolas pensar em uniformidade. Há uma multiplicidade muito grande de posicionamentos em relação a esta questão. É o de se esperar numa cultura tão diferenciada e diferenciadora como a nossa.

A análise dos resultados desta medida deve ser feita daqui para frente e é fundamental que aconteça. A comunidade deve estar atenta. A reorganização foi realizada em função da melhoria da qualidade do ensino e do atendimento, com a valorização do professor e aperfeiçoamento de suas condições de trabalho, levando à diminuição dos índices de retenção e evasão. São esses os critérios básicos da avaliação a ser feita.

A proposta tem riscos e muitas das questões colocadas aqui são problemas reais, que deverão ser administrados, como por exemplo, o desafio de as unidades escolares trabalharem em busca de uma nova identidade.

Com relação ao censo: é importante fazê-lo, mas não dava para esperar o censo para deflagrar a reforma, porque temos a demanda. Há dois tipos: uma é a demanda que bate na escola, e temos toda ela registrada; outra é a demanda dos dados trazida pelos conselhos tutelares, pelos delegados de ensino da Grande São Paulo e por outros segmentos da sociedade. Como aconteceu em Diadema, a prefeitura trouxe os dados, fomos atrás dos alunos, conversamos com eles e chegamos aos fatos concretos. Por outro lado, com ou sem censo, os dados mostram que existem alunos fora da escola, especialmente no 2º grau. As escolas que possuem classes mais congestionadas estão sobretudo no 2º grau, devido ao descaso com que os municípios, no Estado de São Paulo, vêm tratando a escolarização do 1º grau. O Estado de São Paulo, diferentemente de outros estados, possui municípios riquíssimos, verdadeiras Califórnia, com uma pré-escola em que a média de custo aluno/ano é de R\$ 1.300,00 reais, quando no Estado não chega a R\$ 400,00. O 2º grau está nesta situação pela irresponsabilidade dos municípios neste Estado e isso precisamos reverter. Essas classes superlotadas não são fruto da reorganização.

Maria Cândida Cardinalli Perez:

Respondendo à colocação da Ana Maria, sobre as escolas jumbo, quero esclarecer que ninguém está fazendo apologia da escola grande. Destaquei apenas que, com a diminuição do tamanho da escola, ficou muito difícil, por exemplo, colocar numa escola pequena classes de 1ª a 8ª e 2º grau. Isso fragmentou a escola, que só podia, às vezes, ter uma classe de cada série. Havia casos de escolas pequenas, com 3 classes de 2º grau. Como colocar um laboratório, uma quadra oficial para atender 2-3 classes?

Quanto à possibilidade de outros tipos de separação, colocando-se, por exemplo, 1ª a 8ª de um lado e 2º grau de outro, trata-se de um problema difícil. O 2º grau possui uma clientela que, em geral, trabalha. Uma escola exclusiva para o 2º grau só vai funcionar no noturno. O ideal seria fazer como em outros países, separá-la, pois é uma escola com feições completamente diferentes. Esse modelo, entretanto, é impossível de se aplicar na realidade de São Paulo. Por essa razão, o modelo de 5ª a 8ª e 2º grau é o mais adequado, com relação ao uso de equipamentos, sala ambiente e até mesmo laboratório. O mais razoável é colocar 5ª a 8ª no diurno e 2º grau no noturno. Um dos resultados da reforma é que aumentou a proporção de matrículas no diurno, tanto de 5ª a 8ª como do 2º grau. Isso é muito bom, porque os maiores índices de evasão e reprovação estão no noturno. Já neste ano deve ocorrer uma diminuição nas taxas de evasão e reprovação das classes de 5ª a 8ª e 2º grau, devido à mudança na proporção entre diurno e noturno. Em breve, todos esses dados vão ser divulgados. O 2º grau cresceu, este ano, acima da nossa expectativa. Esperávamos um crescimento por volta de 4% no contingente total do 2º grau, e chegou-se a por volta de 5,7%. De certa forma, a racionalização do uso do espaço permitiu aumentar o número de vagas para o 2º grau.

Com relação à participação da comunidade escolar na implementação da reorganização, ela não foi usada apenas para sensibilizar o Conselho Estadual. Seria impossível um processo deste porte ocorrer de maneira centralizada. Foram distribuídas publicações à rede, orientaram-se os supervisores para que sentassem com seus diretores, por sua vez, os diretores sentaram com a comunidade, com o Conselho de Escola, e fizeram propostas

mediante diretrizes muito claras como: a "criança até 4ª série não pode ser deslocada para longe", se o bairro só tem uma escola de 5ª a 8ª, ela não será reorganizada. Depois dessas reuniões, os delegados foram recebidos um a um e, abrindo o mapa, explicavam tudo o que havia sido feito, com detalhes. Tudo isso passava pelo crivo da Secretaria. É óbvio que ao se trabalhar com um universo de 6.800 escolas, acontecem casos de inadequações. Muitas vezes, o delegado transferiu alunos de uma escola para outra e depois viu que aquilo causava transtorno para a comunidade, devido a uma avenida, uma via férrea. Em muitos casos, voltou-se atrás. Considerando que em um universo de 6.800 unidades tivemos que fazer defesa de no máximo 10 liminares, a turbulência e as imperfeições neste processo até que não foram tamanhas.

Um dado interessante a ser levado em conta é que tínhamos uma quantidade razoável de escolas que atendiam a classe média e outras que atendiam aos pobres - isso apareceu muito no interior e na Grande São Paulo. Há um exemplo muito claro no município de São Caetano, onde uma diretora gabava-se de que a sua escola estava dentro dos moldes de uma escola particular. Ela atendia filhos de engenheiros, de executivos. A escola vizinha atendia favelados e moradores de cortiço. À medida em que se colocou 1ª a 4ª para um lado e 5ª a 8ª para outro, as clientelas tiveram de se misturar. A segregação que existia foi rompida e o processo propiciou o entrosamento das clientelas, antes tratadas de maneira diferenciada, e com rendimentos também completamente distintos.

Beatriz Pardi:

É comum dizer que temos vergonha dos índices de repetência. Deveríamos se ter vergonha dos R\$ 0,20 oferecido como reajuste salarial para os professores. Este é o mais baixo orçamento projetado na Secretaria de Educação nos últimos 17 anos e, ainda assim, não é cumprido. Isso não envergonha ninguém. Não representa nada aumentar a hora de aula para 2 milhões de alunos, numa tranqueira de escola.

Lizete Arelaro:

A Sônia, a Rose e o governador colocam a culpa de tudo na resistência

do Estado de São Paulo à municipalização. Esta municipalização é inconseqüente, irresponsável, volta-se hoje contra o próprio Estado de São Paulo. O Banco Mundial quer e o governo do PSDB vai fazer descer goela abaixo, não importam as condições operacionais da municipalização. Há municípios que podem, como o de Diadema, onde me orgulho de dizer que se desenvolve uma escola pública de qualidade. Segundo a Secretária, atender crianças pequenas não pode ser prioridade num país pobre. No fundo, o PSDB assina embaixo de que a educação infantil não é importante.

Outra coisa que pensei que nos unia, que, suprapartidariamente, nos fazia um grupo de educadores militantes, era a luta pela erradicação do analfabetismo. Hoje, este processo está limitado aos municípios e é desconsiderado pelo Estado. Somos chamados de irresponsáveis porque não estamos pegando as criancinhas e só nos preocupamos com os marmanjos, os delinqüentes, os desempregados, os outros, que sequer entraram no cadastramento. Os jovens e adultos do município entraram apenas como estimativa potencial; estimativa que a Secretaria sabe exatamente que não existe. É um retrocesso histórico. Analfabeto não é mais pessoa. É uma estatística a ser deixada de lado.

O exemplo da escola de São Caetano, onde crianças pobres e de classe média se misturaram, não me comove. Não adianta introduzir a criança pobre na escola se não houver um trabalho político com a equipe. A criança pobre será excluída, como estão sendo excluídas as crianças que vocês colocaram em grupos de 50 alunos na sala de aula, e que já estão saindo.

Mirian Warde:

Seja com dados disponíveis no SEADE, seja sob a forma de um censo, que em um ano pode ser feito, a questão fundamental que gostaria que fosse reforçada é: a reforma foi pautada, fundamentalmente, em dados dos incluídos, ainda que precariamente incluídos. Parece que a reforma trabalha com o pressuposto de que a rede pública já atendeu a totalidade da população.

Outra questão é que a idéia de ciclos vem sendo maturada há anos. Temos a hipótese de unir pré-escola e CB, depois pegar uma faixa

intermediária, articular 7ª e 8ª com o 2º grau. Tudo isso parece sinalizar para possibilidades pedagógicas interessantes. A quebra entre 1ª a 4ª e 5ª a 8ª praticamente inviabiliza essas possibilidades, porque retorna a um modelo que foi, a meu ver, historicamente ultrapassado do ponto de vista pedagógico. Gostaria que na rodada, sem prejuízo de outras questões, essas duas questões fosse minimamente contempladas.

Lizete Arelaro:

Em 1992, quando existia um consenso entre nós de que sem um censo não dava para município, estado, e outras entidades assumirem qualquer responsabilidade pela situação educacional, o MEC não concordou conosco. Apesar de trabalhoso, os custos de um censo eram razoavelmente baixos. Na nossa avaliação, seria possível em 8 meses realizá-lo no Estado de São Paulo, se o município entrasse com uma parte, o Estado com outra e o governo federal com outra.

Maria Cândida Cardinalli Perez:

O que temos disponível hoje são os dados do censo de 91. Este ano vai ser feita a recontagem. Outra coisa é o censo escolar do MEC, aquele levantamento cuja unidade censitária é a escola e sempre foi feito. Procuramos orientar as delegacias a fazerem o processo de reorganização levando em conta o conhecimento sobre o movimento populacional daquela clientela. A publicação distribuída analisava a evolução das matrículas de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª e 2º grau, observando que o segmento de 1ª a 4ª vem caindo, até porque a taxa populacional está caindo; o de 5ª a 8ª ainda está crescendo um pouco e o 2º grau crescendo mais ainda. A recomendação era que a escola de 1ª a 4ª poderia ficar no limite, a de 5ª a 8ª teria que ficar com folga e a do 2º grau também, para poder absorver uma demanda adicional. O número de crianças excluídas não se capta pelo censo, ao contrário se você confronta o número de matrículas com o censo, há mais aluno do que população. Mas a exclusão não ocorre por falta de vagas - e aqui estou me referindo ao 1º grau e à 1ª a 4ª série. Em vários municípios onde conversamos com os diretores, existia um compromisso muito grande das escolas de, junto com um órgão da Justiça, ir

aos domicílios e trazer para dentro da escola as crianças que não a freqüentavam por razões de ordem social. Eram filhos de bóia-fria, filhos de pescadores por sazonalidade da pesca, que estavam fora da escola por problemas não diretamente relacionados à falta de vagas. Já no 2º grau é diferente. Há uma pressão de demanda muito grande.

Obviamente, é preciso ampliar as escolas de 5ª a 8ª e 2º grau. Foi feito um rearranjo com a reorganização, conseguiu-se uma economia de espaço em determinadas regiões, mas daqui para frente é preciso ter programas - e isso já está sendo pensado na Secretaria - voltados para 5ª a 8ª e 2º grau, que são as áreas em expansão. O 2º grau, em especial, tem uma demanda reprimida, e um mercado de trabalho que cada vez mais exige a formação especializada.

Com relação ao problema da municipalização no Estado de São Paulo, devemos lembrar que temos 625 municípios, dos quais aproximadamente 60 têm rede de 1º grau. Desses 60, somente uns 10 têm um percentual de atendimento de matrícula significativo. Muitos desses municípios que não contribuem em nada com o 1º grau são ricos e teriam condições de estar atendendo adequadamente o 1º grau e a pré-escola.

Sônia Penin:

Acredito que é preciso sim erradicar o analfabetismo, essa vergonha continua sobre nossos ombros. Precisamos buscar formas de fazer isso, formas mais racionais e viáveis, porque convivemos com uma contradição enorme: há na Grande São Paulo 4.012 salas ociosas, ao mesmo tempo há escolas que estão estourando de alunos. Acabamos de fazer um plano de obras com o dinheiro do Banco Mundial, porque precisamos tomar dinheiro lá fora, se quisermos fazer alguma coisa sem ficar cerceados pelo orçamento. Por isso é estranho quando se diz que estamos atrelados aos interesses do Banco Mundial. Mas que interesses são esses? Nós temos uma política educacional, queremos erradicar o analfabetismo, queremos melhorar a qualidade do ensino, é em termos desses princípios que qualquer dinheiro é tomado e vamos prestar contas dele. Herdamos o desastre das administrações anteriores, que não administraram esse dinheiro. Pagamos os juros sem ter

usado o dinheiro. Acabamos de fazer um plano de obras para gastá-lo.

O convênio com o Banco Mundial está sendo administrado, atualizando-o e trazendo-o para os interesses da política educacional do momento. Precisamos muito desse dinheiro. É ele que nos dará condições de realizar o plano de obras - já está projetado para 97/98 - construindo em todos lugares onde for necessário.

O nosso orçamento é o mais apertado dos últimos anos. O executivo tem que administrar o orçamento que é votado na Assembléia Legislativa. A razão desse orçamento tão baixo para o executivo é que a Assembléia Legislativa votou, aumentando a proporção para o legislativo, para o judiciário, para o ministério público. Passou de 7% para 17%. Portanto, caiu o valor do orçamento do executivo, enquanto os promotores públicos têm salários régios. Isso a sociedade devia estar discutindo dentro do legislativo e não dentro do executivo. Essa discussão, a sociedade tem que fazer. O executivo tem que administrar essa miséria que foi votada.

ANEXO

Tabela I : Evolução do tamanho de escolas de 1969 a 1992

Período	Nº de escolas	Nº de salas	Salas p/Escola
até 1969	3.167	38.703	12,2
1970 a 74	213	2.475	11,6
1975 a 79	744	8.042	10,8
1980 a 84	766	6.378	8,3
1985 a 89	1.328	9.593	7,2
1990 a 92	537	2.806	5,2

Fonte: CIE/ SEESP

Tabela II : Número de escolas por estrato de nº de classes - 1994

Nº classes	5ª a 8ª séries do 1º Grau			2º Grau		
	Nº escolas	%	% acumulada	Nº escolas	%	% acumulada
1 a 5	997	16,6	16,6	686	29,1	29,1
6 a 10	1.867	31,0	47,6	681	28,8	57,9
11 a 15	1.786	29,7	77,3	430	18,2	76,1
16 e mais	1.369	22,7	100,0	564	23,9	100,0

Fonte: CIE/SEESP

Tabela III: Proporção de matrículas de 5ª / 8ª sobre total de matrícula de 1ª / 4ª

ANO	5ª a 8ª
1963	14
1967 unificação exame de admissão	21
1970	41
1971	51
1972 eliminação exame de admissão	65
1973	68
1974	66
1975	66
1976 redistribuição física	66
1977	67
1978	65
1979	62
1980	60
1985	60
1990	62
1991	68
1992	74
1993	81
1994	87
1995	89

Fonte: CIE/ SEESP

Tabela IV: Projeto de Reorganização da Rede Estadual
Total do Estado - Situação em 10/05/96

Tipo de Atendimento	Situação 1995		Situação Atual	
	Escolas	Classes	Escolas	Classes
CB a 4ª	559	3.098	2.305	35.580
CB a 4ª C/Not.			677	19.516
5ª a 8ª			407	10.500
5ª a 8ª/ 2º Grau			1.060	42.816
2º Grau	104	2.730	134	3.857
CB a 8ª c/separação			187	4.251
CB a 8ª/ 2º Grau c/ separação			119	4.694
CB a 8ª	3.461	82.695	1.010	24.447
CB a 8ª/ 2º Grau	2.461	97.700	807	33.176
TOTAL	6.783	186.223	6.706	178.207

Fonte: CIE/ SEESP

REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DE SÃO PAULO

Intervenção de **Célia Maria Benedicto Giglio**, representante do Fórum Regional de Educação da Zona Leste.

Nossa contribuição a este debate pretende trazer alguns problemas para reflexão e avaliação do Projeto de Reorganização da Rede, do ponto de vista prático, da forma como foi operacionalizado e das conseqüências que provocou na população usuária das escolas. Obviamente, estas experiências que serão relatadas dizem respeito a um universo particular, de uma pequena mas significativa região, de grande demanda, que compreende as áreas da 9ª e 10ª Delegacias de Ensino da Capital.

A reorganização teve publicidade a partir da mídia. A massa da população tomou contato com esta grande reviravolta por meio de notícias genéricas publicadas nos jornais, divulgadas pela TV e pela convocação das escolas em que estudavam os filhos para saber para onde seriam remanejados.

De outro lado, as escolas, tanto quanto a população, vivenciaram um processo de tomada de decisões no mínimo insólito tecnicamente falando. A cargo das Delegacias de Ensino, a reorganização se instalou sem o necessário estudo do atendimento e, muitas vezes, atendeu ou tornou relevantes os interesses de uma parcela dos envolvidos, em geral, os das próprias escolas. Os interesses da população, ao contrário do que previa a Secretaria, foram preteridos, diante da "suposta competência administrativa dos técnicos".

Os Conselhos de Escola e os Conselhos Tutelares, quando foram chamados ou nos momentos em que forçaram a negociação, enfrentaram a resistência e a imposição de decisões tomadas sem a sua participação. Não raro, estes encontros em nada alteraram decisões anteriores assumidas pelos técnicos das delegacias e diretores. A ampla participação prevista não ocorreu de fato. Sequer os Conselhos maiores foram chamados durante a elaboração

do Projeto².

Assim, encaminhadas as decisões de forma arbitrária e contrariando a própria proposta, assistimos aos mais variados absurdos; o primeiro e talvez mais grave foi exatamente o fato de tanto a Secretaria quanto as Delegacias, trabalharem com os dados de quem já está inserido no processo de escolarização, ou seja, a reorganização considerou apenas os alunos já existentes na rede, fazendo desaparecer por completo o problema já crônico da falta de vagas³. A aceitação desta premissa, autorizou desde o fechamento de prédios e o encerramento de inúmeros cursos noturnos, até a transformação mágica da demanda em papéis. As pessoas foram substituídas por um procedimento burocrático e seu direito à educação, por concessão do poder público.

Nos casos das escolas reorganizadas de 1º grau, as maiores dificuldades para a população se referem ao deslocamento das crianças para escolas distantes e à destruição de rotinas já estabelecidas pelas famílias⁴. Em muitos casos, as crianças já estudavam em escolas distantes de sua residência; após a reorganização, esta distância foi multiplicada, pois foram transferidas em bloco, sem o necessário estudo de adequação para o remanejamento. Necessidades peculiares também foram preteridas diante da regra geral, pois algumas famílias deixam suas crianças em escolas próximas ao trabalho e a regra de local de moradia nem sempre atende às necessidades reais da população.

A oferta de ensino regular noturno foi também boicotada pelas escolas a partir de um mascaramento da demanda, aceito pelas delegacias. São conhecidos os problemas do ensino noturno na rede oficial; os diretores e professores têm preferência em trabalhar com alunos mais velhos no período

² Ver: SÃO PAULO (Estado). Mudar para melhorar : uma escola para a criança, outra para o adolescente : educação paulista : corrigindo rumos. São Paulo : SEE, 1995.

³ Ainda que estatisticamente existam vagas em número suficiente, a distribuição geográfica delas aparece como impedimento ao acesso. Além disso, dados sobre a demanda não atendida são inexistentes e o último Censo do Ministério da Educação e do Desporto, ainda em fase de elaboração, incorre no mesmo equívoco, não sendo viável portanto, um planejamento de atendimento que garanta, de fato, o cumprimento das normas legais.

⁴ Em muitos casos, as crianças maiores são as responsáveis pela segurança das menores; sendo ambas estudantes de uma mesma unidade escolar facilitam o deslocamento para a escola e a organização da família. Estudando em prédios separados e, muitas vezes, durante o mesmo horário, a frequência dos menores tem que ser garantida por outros meios, impondo novos problemas à vida das famílias.

noturno e acabam por determinar, indiretamente, o não atendimento a jovens trabalhadores.

Um breve levantamento pode demonstrar que nas duas redes, estadual e municipal, a oferta de 5ª e 6ª séries no período noturno é quase irrelevante diante da demanda existente. Ocorre que o aluno nesta fase de estudos mostra-se ainda imaturo e "traz problemas indesejáveis de indisciplina" para a escola. Desta forma, não se oferecem as séries iniciais da segunda metade do 1º grau à noite, dando-se preferência aos alunos que cursam séries mais avançadas ou ainda para cursos de suplência nos quais a demanda é adulta, impedindo a continuidade de estudos daqueles mais jovens que já estão inseridos no mercado de trabalho.

Com a reorganização, só na 9ª Delegacia foram fechadas 14 escolas no período noturno, o que necessariamente significa diminuição do atendimento. No 2º grau, parece-nos, ocorreu a maior parte das distorções da proposta. A demora na definição da nova forma de funcionamento da rede, obrigou a Secretaria a publicar tardiamente a resolução sobre matrículas. No caso do 2º grau, envolveu além de suas próprias escolas, as da rede municipal, estabelecendo uma forma de encaminhamento das matrículas que consideramos irresponsável. Dois grandes e graves problemas ocorreram aqui. O primeiro diz respeito à mágica de transformação da demanda concreta em papéis. As matrículas no 2º grau deveriam ser feitas mediante o preenchimento de encaminhamentos, feitos pela escola de origem do alunos. Estes encaminhamentos deveriam seguir seu destino, sendo primeiro centralizados nas Delegacias e depois distribuídos às escolas de opção dos alunos.

Como o processo, inédito na rede, deu-se sem a devida divulgação e sem garantias de um tempo razoável ao planejamento e preparo do atendimento, verificamos que os órgãos regionais da Secretaria Municipal de Educação tiveram conhecimento do procedimento num momento em que praticamente todos os alunos já se encontravam em recesso, causando sérios transtornos à operacionalização dos encaminhamentos. O número de vagas publicado por estas escolas, para que o aluno fizesse a opção pela escola em que gostaria de estudar, omitia dados. E muitas informações contraditórias

foram dadas à população. Os pais, sem a segunda via do encaminhamento, passaram a bater às portas das escolas sem conseguir efetuar as matrículas, pois, em muitos casos, os papéis não chegavam a seu destino, ora extraviados pelas escolas, ora pelas Delegacias Regionais de Ensino Municipal e ora pelas próprias Delegacias de Ensino estaduais.

O trânsito da documentação entre delegacias e os descaminhos dos papéis, somados à possibilidade de realizar projetos particulares de perfil de certas escolas ou delegacias, resultaram em total desrespeito, obrigando pais e alunos a intermináveis idas e vindas; sem saber quem eram os responsáveis. O pai se dirigia à escola de origem, de onde teria saído o encaminhamento. A escola afirmava ter enviado os documentos para a delegacia; a delegacia não sabia do "PAPEL" e orientava que o pai retornasse à escola... Assim, aqueles que resistiram, conseguiram, ao término de muitas viagens e ausências ao emprego, uma vaga na escola pública. Para aqueles que não puderam cumprir o "calvário" da matrícula, restou ficar sem escola ou conseguir uma vaga em escola distante e, muitas vezes, inacessível, devido ao local de moradia; ou ainda não encontraram a vaga no horário em que precisavam estudar.

Nesta região, uma das maiores escolas que atende ao 2º grau, realizou, através de seu Grêmio Estudantil, um cadastro da demanda, em fins de novembro de 1995. Em uma semana, foram cadastrados 3.800 alunos⁵.

Não houve reconhecimento deste levantamento por parte dos órgãos da Secretaria, em especial pela Delegacia de Ensino, que desprezou por completo aquele levantamento. O tratamento isolado da demanda em cada delegacia, revelou a distância entre a cúpula e a base da Secretaria, com a constante interrupção do fluxo de informações, acarretando enormes prejuízos à população.

O segundo e grave problema nas matrículas do 2º grau foi a diferença de tratamento dada aos alunos egressos de escolas particulares e àqueles que não estavam matriculados em 1995. A matrícula de alunos englobados nestes casos ocorreu em período posterior àquele reservado aos egressos de 8ª série

⁵ Trata-se da EESG Condessa Filomena Matarazzo, localizada em área de fronteira entre a 9ª e 10ª Delegacia de Ensino. O Grêmio Estudantil Oswald de Andrade, junto com o Fórum de Educação e outras organizações locais da sociedade civil, conduziram encontros entre os "sem vaga" e participaram de negociações junto à 9ª DE para o atendimento daqueles.

da rede pública. Isso determinou um duplo ônus aos que já não encontraram vaga em 1995. O de serem preteridos pela segunda vez na rede pública de ensino.

Os grupos organizados na região tentaram interferir durante o processo, foram feitas visitas à 9ª e 10ª Delegacia e à Cogesp. O que se percebeu é que boa parte de informações não são públicas e que, muitas vezes, os dirigentes desconhecem o que ocorre de fato na rede. Uma quantidade enorme de regras, datas e horários diferentes em cada Delegacia de Ensino e uma desinformação generalizada acabaram por desmobilizar e ocultar a demanda não atendida.

Finalmente, gostaríamos que estes registros nos remetesse a um questionamento da operacionalização da reorganização. O debate amplo que deveria ter ocorrido para a definição das mudanças não ocorreu; as advertências do Conselho Estadual de Educação quanto à necessidade de garantir a continuidade de estudos e quanto à forma em que seria operacionalizada a reorganização não encontraram, de fato, guarida por parte das ações locais. Tudo isso nos leva a entender como contraditório implementar a reforma com informações duvidosas e parciais, e cujo êxito depende grandemente de decisões que, apesar de locais e restritas, compõem um panorama sobre o qual não há domínio imediato, devido ao tamanho da rede.

Uma tendência geral vem alterando os discursos, prioritariamente do acesso e da permanência, para a questão da qualidade do ensino. Ora, a primeira qualidade é a própria existência da escola ou da vaga. A discussão central da reorganização dá por suposto que o acesso é um direito já consagrado entre nós, tenta ocultar a falta de vagas com dados estatísticos que simplesmente não aferem "os de fora" do sistema, iluminando apenas o que se quer tornar visível.

Sem o controle público sobre as mudanças, temos hoje salas de aula superlotadas e alunos fora da escola, escolas fechadas à noite e outras extintas. Prédios que apresentam amplos recursos físicos destinados ao ensino

de 1ª à 4ª série; outros, sem as acomodações necessárias, abrigando 5ª a 8ª séries e o 2º grau.

A população continua à mercê dos desmandos de diretores e delegados de ensino no estado mais importante e mais rico do país. As mudanças propostas não foram implementadas ainda. O que temos hoje são os mesmos problemas de antes, acrescidos dos problemas de relacionamento entre professores e alunos, identificados, no universo das escolas reorganizadas, como invasores que expulsaram outros alunos e professores da escola.

São Paulo, 13 de maio de 1996.

REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR ESTADUAL DE SÃO PAULO

Elie Ghanem
Ação Educativa

Revolução na produtividade

Ao apresentar as diretrizes da política educacional (Comunicado SE. de 22.3.95), a Secretária da Educação, Rose Neubauer, assinala que a tentativa de atender a necessidades educacionais sem modernização gerencial tinha levado à desorganização da máquina administrativa, cujas características são o gigantismo, a ineficiência, a ausência de mecanismos de controle sobre o sistema de ensino e a incapacidade de prestar serviços necessários à rede escolar, sendo fonte permanente de orientações contraditórias e exigências inúteis. Morosa e centralizadora, sua estrutura estaria afastada dos problemas do ensino, seus departamentos seriam relativamente estanques e superpostos, de forma que diferentes instâncias e dimensões empreendem ações não unificadas.

Além de padecer da falta de mecanismos de avaliação e controle dos serviços prestados, a máquina administrativa não forneceria dados sobre a rede para torná-la transparente à sua clientela, incentivar a participação da comunidade e sua interação com a escola.

Então, uma revolução na produtividade dos recursos públicos foi anunciada como "a grande diretriz da atual gestão na área da educação". A partir dela, propôs-se a reforma e racionalização da estrutura administrativa, ao lado de mudanças nos padrões de gestão. Quanto à racionalização, colocaram-se dois objetivos: informatização dos dados educacionais; desconcentração e descentralização de recursos e competências.

Afirma a Secretária que a existência de dados informatizados é imprescindível para haver agilidade e segurança na tomada de decisões. Os dados populacionais, por exemplo, são muito discrepantes dos de atendimento educacional (diferença de mais de 200 mil alunos nas faixas etárias de 8 a 12 anos), por isso procedeu-se ao cadastramento dos alunos, para "rastreamento"

anual de cada um deles por um código de identificação.

Ao mesmo tempo, a Secretária sublinha o problema da permanência dos alunos no sistema escolar como maior que o do acesso à escola, salvo poucas situações pontuais e conjunturais. Afirma que, "conforme é sabido, 80% das crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos de idade já se encontram dentro da escola", concluindo que a racionalização do fluxo implica em reverter o quadro de evasão e repetência.

Quanto à disposição do governo em promover mudanças nos padrões de gestão, propõe a abertura institucional de parceria com outros setores e a flexibilidade para adotar soluções alternativas e diferenciadas, tanto de ampliação das oportunidades de escolarização quanto de melhoria da qualidade da aprendizagem. Das mudanças na gestão, extraem-se a racionalização do fluxo escolar, a instituição de mecanismos de avaliação dos resultados e o aumento da autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas.

Reconhecendo que os salários têm sido desestimuladores do desempenho do professor, o governo coloca como seu "ponto de honra" a recomposição salarial (com piso inicial de cinco salários mínimos), acoplada a uma correlação clara entre aumento salarial e melhoria de desempenho. Para isso, aponta a necessidade de mecanismos de avaliação e promoção pelo trabalho realizado e, de igual modo, "a uniformização da jornada de trabalho docente, através da reorganização da rede escolar".

Resultados esperados

No início de seu mandato, a professora Rose Neubauer orientou a atuação na pasta para a implementação do processo de reorganização da rede escolar. A origem da proposta foi referida a uma consulta feita em 1983, na qual os educadores da rede recomendaram a reorganização, entre outras medidas, para melhorar a qualidade do ensino.

O projeto de reorganização se apóia nas diretrizes de descentralização e desconcentração de poder, de fim do desperdício de recursos e de focalização

na valorização do professor e da escola. Essencialmente, o que se pretende é que as turmas de Ciclo Básico a 4ª série funcionem em prédios menores enquanto as de adolescentes funcionem em prédios maiores, adequando-se instalações e materiais às faixas etárias.

Oficialmente, o projeto de reorganização da rede "não se vincula ao de municipalização", propondo-se para esta a ampla discussão dos critérios de cooperação e negociação entre Estado e municípios, considerando-se a relação entre clientela escolar, custo-aluno, receita de impostos e peculiaridades regionais.

Como conseqüências dessas mudanças, previu-se que os diretores poderão administrar com mais tranqüilidade e eficiência, que serão criados ambientes acolhedores, organizados e seguros, favorecendo o desempenho dos funcionários e estimulando a aprendizagem. Há ainda a perspectiva de que os professores possam ampliar ou completar sua jornada em, no máximo, duas escolas, obtendo tempo para reuniões e preparo de aulas. Espera-se também que venham a ser melhor remunerados, pois tem-se em vista a disponibilidade de recursos economizados com a racionalização promovida pelo projeto.

A implementação foi concebida para realizar-se de modo gradual e sem atropelos, liderada pelos delegados de ensino, supervisores, diretores e professores, com ajuda dos conselhos de escola e autoridades municipais, contando com a participação intensa "da comunidade". Outros parâmetros são também o respeito às características de cada município ou região quanto à quantidade ou grau de isolamento das unidades escolares, a consideração das conveniências dos alunos, transferindo-os para escolas próximas das que freqüentavam - se necessário, com transporte garantido - e o favorecimento à adaptação dos alunos, sendo possível transferir turmas e professores que quiserem, em vez de indivíduos.

Vantagens anunciadas

Os principais problemas que o projeto procura enfrentar vinculam-se à existência de classes de 5ª a 8ª série e 2º grau, com poucos alunos, espalhadas em várias escolas próximas e que poderiam estar num mesmo

prédio. Esse quadro é visto como gerador do aumento de custos dos equipamentos e de redução de recursos para salários. Ademais, alega-se que com as classes de 1ª a 4ª série funcionando em horários diferentes das demais, os docentes que lecionam em diversos períodos têm pouco ou nenhum contato entre si, reduzindo a articulação entre o segmento das séries iniciais e o das outras séries.

O ambiente físico das salas de aula é caracterizado como inadequado, o qual, junto com a necessidade de os professores trabalharem em várias escolas para completar suas jornadas, é colocado como causa de dificuldades para a aprendizagem e de maior reprovação dos alunos. Também os índices de reprovação são entendidos como perda de recursos, que permitiriam "aumentar em 20% o atual piso salarial dos professores".

Tem-se em vista que os alunos de Ciclo Básico à 4ª série, além de ambientes mais adequados, terão turnos de maior duração e, pois, maior contato com a professora e mais oportunidades de aprender. Que os de 5ª série em diante terão bibliotecas mais completas, laboratórios, quadras de esporte, computadores, salas para cada matéria, "espaço" para o grêmio estudantil, o que deve favorecer as atividades artísticas e esportivas para enriquecimento curricular.

Acredita-se que diretores e equipe se beneficiarão com o fim de conflitos decorrentes da presença de alunos de faixas etárias diferentes. Haverá a simplificação de compras de material pedagógico e a possibilidade tanto de um ambiente mais organizado e seguro quanto de concentrar a capacitação de funcionários para lidar com alunos da mesma faixa etária.

Dentro do projeto, foram anunciadas algumas medidas como: coordenadores pedagógicos em todas as escolas, cuja a seleção será feita com a participação das equipes escolares; recursos financeiros transferidos às delegacias de ensino (em 1995, duas vezes superiores à média dos anos anteriores); envio direto às escolas de recursos para manutenção, compra de materiais e outros; reajustes salariais (de até 69% em 1995, quando a inflação estimada foi de 23%); envio de milhões de livros da FAE às escolas;

cadastro dos alunos.

Advertências

Em novembro de 1995, o Conselho Estadual de Educação de São Paulo se manifestou favoravelmente à implantação do projeto (**Parecer CEE 674/95**). O parecer afirma que é sabido, "por inúmeros estudos, que o problema do atendimento à demanda, no ensino fundamental de nosso Estado, está quase resolvido", lembrando que é alta a exclusão precoce do alunado, sem a conclusão desse nível de ensino. Ao considerar que a base da reorganização pretendida é a preservação da escolaridade de oito anos para todos, o parecer apresentou cautelas e pontos-chaves do processo a ser desencadeado, quais sejam:

a) A necessidade de ampla e clara divulgação dos objetivos e procedimentos.

b) A sistematização da articulação entre as escolas que sediarão do Ciclo Básico à 4ª série e as que sediarão de 5ª à 8ª série, de forma a assegurar a escolaridade de oito anos para todos.

c) Flexibilidade nos casos problemáticos.

d) Ênfase, em todos os níveis de divulgação e discussão da proposta, do pretendido efeito de valorização moral e material dos participantes do sistema educacional, compreendendo em tal valorização a justa e indispensável qualificação profissional e salarial dos profissionais da educação.

e) Incentivo à liderança dos Delegados de Ensino e Diretores de Escola, dentro de seu âmbito de atuação.

f) Orientação às Delegacias de Ensino para criação de projetos variados de escolas, com padrões relativos a ambientes, mobiliários, laboratórios etc., que poderão definir a médio prazo, o desenvolvimento de suas redes, dentro de critérios de racionalização e eficácia.

g) Ênfase na melhoria da qualidade dos processos de ensino, aprendizagem e avaliação em sala de aula.

h) Revisão, tendo em vista o que se conhece hoje sobre o desenvolvimento sócio-cognitivo de crianças e jovens, das expectativas e crenças cristalizadas em relação ao que os alunos devem dominar, enquanto conteúdos e habilidades, em cada etapa de seu processo de escolarização.

i) Criação de condições para a utilização pertinente do tempo dos alunos na escola.

j) Envolvimento sistemático, no Projeto, das instituições públicas e particulares de ensino superior - que mantêm cursos de licenciatura e das instituições de 2º grau, formadoras de professores.

l) Envolvimento sistemático das Prefeituras Municipais, no processo de reorganização da rede escolar e de ampliação de sua participação no financiamento e na gestão do ensino fundamental.

O parecer enfatiza ser fundamental "o tratamento cuidadoso, paulatino, regionalizado e negociado da questão, tendo sempre claro o objetivo da qualidade da educação a ser garantida a crianças e jovens". Aponta, ainda, a falta de definição de mecanismos de articulação entre as escolas que sediarão do Ciclo Básico à 4ª série e as que sediarão de 5ª a 8ª série, definição necessária à garantia de continuidade para os alunos, aos planos de ensino e à documentação da vida escolar.

O parecer considera conveniente que os diretores das escolas que se interligarão se reúnam para equacionar problemas específicos comuns e assinala a importância de complementar os procedimentos de implantação "mediante a ampla e clara divulgação dos objetivos e procedimentos possíveis, com discussão pelos segmentos interessados, em cada uma das Delegacias de Ensino e nas escolas, e incorporação de sugestões e soluções locais". Admite que pode haver modelos alternativos para atingir os propósitos visados e que será preciso flexibilidade para incorporá-los.

Chama também a atenção sobre a necessidade de levantamento do número de casos de famílias com vários filhos em diferentes séries para orientar soluções específicas, assim como propõe não desintegrar o trabalho de escolas que tenham conseguido equipes integradas, com concepção de trabalho unificado, para que as escolas resultantes da reorganização tenham estreito entrosamento pedagógico.

A análise dos problemas de locomoção de alunos é recomendada, em todas instâncias envolvidas, em cada área, com alta consideração pelas suas implicações nas rotinas pessoais e familiares, "até o limite onde não se mostre viável a alteração imediata".

Reações

A Apeoesp se sobressaiu na oposição ao projeto de reorganização. Em outubro, fez a entrega de um abaixo-assinado com 150 mil signatários exigindo o cancelamento das demissões de professores, o atendimento às reivindicações destes e a instituição de um debate público sobre os projetos na área educacional, inclusive a reorganização. Em novembro, a Apeoesp organizou um ato público em frente à Secretaria da Educação, com a participação de professores, pais e alunos. Em dezembro, juntamente com a Afuse, entrou com representação na Procuradoria Geral da Justiça contra a reorganização da rede.

O **Jornal da Apeoesp** publicou textos contrários ao projeto, principalmente apontando autoritarismo em mudanças feitas sem consulta. Chegou a comentar também que os professores nem sempre poderão acompanhar seus alunos na transferência de escolas, devido à resolução que disciplina a inscrição e atribuição de aulas para 1996 (SE-273). Esta muda o critério de pontuação para fins de classificação dos professores e, como o tempo de exercício no cargo passa a valer bem mais que o tempo na unidade escolar, um professor pode ficar sem aulas na escola escolhida. O jornal publicou também uma lista de 46 manifestações públicas contra a reorganização, realizadas em 32 municípios (16 delas na Capital), além de apontar que o fechamento de cerca de oito mil classes e a desativação de 105

escolas levou à superlotação de salas - algumas delas chegando a ter 50 alunos - e que, na zona rural, "muitas crianças ficarão sem estudar, pois não têm condições de se deslocar para as novas escolas".

A Apeoesp imprimiu e distribuiu uma cartilha apontando como verdadeira intenção da divisão das escolas a municipalização do ensino de 1ª a 4ª série. Também o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente decidiu, em 22 de novembro, pedir a suspensão da reforma, "objetivando ampla discussão com vários setores da população". A Secretaria da Educação obteve parecer da Procuradoria Geral do Estado, que não reconheceu no Conselho poder para suspender o programa.

Artigo da presidente da Apase-Sindicato dos Supervisores do Ensino, publicado em jornal de grande circulação, afirma que as expectativas quanto ao desempenho da educação escolar podem ser realizadas tanto nas escolas que oferecem educação infantil, fundamental e média em um único estabelecimento quanto naquelas que as oferecem em prédios diferentes. Ressalta o risco de essa ser mais uma reforma efêmera se não forem garantidas as seguintes condições: aplicação de recursos financeiros suficientes para prédios equipados e em boas condições, assim como para diversidade e quantidade suficiente de material pedagógico; horários para os professores atenderem alunos e pais, corrigirem e prepararem trabalhos escolares, fazerem reuniões pedagógicas e se atualizarem profissionalmente; salário justo para os professores; quadro de funcionários de apoio completo e com salário justo.

A imprensa noticiou ainda que, em Diadema, a União Municipal de Estudantes Secundaristas (Umes) conseguiu que cerca de 600 alunos, cujo acesso a vagas estava comprometido, fizessem matrícula, após várias passeatas, atos e negociações com a Delegacia de Ensino. Entre 2 e 9 de fevereiro, a Umes havia cadastrado 1,1 mil pretendentes com problemas de distância, falta de vaga, incompatibilidade de período e faixa etária mínima para entrar no 1º grau.

Falta de informação

Segundo o delegado de uma delegacia de ensino da Capital (D.E.), a

demanda local por Ciclo Básico inicial está completamente atendida, mas há uma pressão histórica de demanda por vagas em um dos distritos de sua jurisdição, mais direcionada para o 2º grau noturno. Ressalva, porém, "que o serviço de estatísticas é extremamente precário".

Embora a Secretária tenha afirmado que, na Capital, "a ajuda da prefeitura foi muito valiosa", segundo aquele delegado, não há uma estimativa de vagas disponíveis na rede municipal, tendo ele que utilizar de suas relações pessoais com alguns diretores para acomodar a demanda. Para ele, a adoção de ciclos no 1º grau das escolas dessa rede elevou o número de seus concluintes de 8ª série, os quais as escolas estaduais não conseguem absorver no 2º grau. Em 1996, as estaduais matricularam todos os seus concluintes de 8ª série no 2º grau e ofereceram para sorteio somente 3 mil vagas aos cerca de 4,5 mil concluintes das escolas municipais.

Havia muitas - não se sabe quantas - salas ociosas no noturno que passaram a ser ocupadas com a reorganização. Agora o número de turmas noturnas é maior mas não suficiente, segundo o delegado, porque faltam escolas na região. Ele, entretanto, não consegue distinguir os problemas de matrícula que decorrem da falta de vagas e os da insatisfação com transferências ocorridas com a reorganização.

O Conselho Tutelar da região fez um levantamento de 3 mil pessoas que ficaram sem vagas, mas não discriminou idade nem série. Encaminhou ao Ministério Público e o delegado de ensino contestou os dados. O promotor decidiu que o levantamento fosse refeito, mencionando as pessoas de até 15 anos e as necessidades até 5ª série. Mas a própria D.E. não dispunha de informações a respeito. Também não há dados sobre os professores que completam sua jornada em uma ou mais escolas. Nem antes, nem após a reorganização.

Quanto às críticas que apontam um caráter autoritário na reorganização, o delegado reconhece que não houve tempo para a discussão com "a comunidade". Acredita também que, se fosse respeitada a opinião desta, não haveria reorganização, devido ao ceticismo da população quanto a propostas

governamentais. Ele afirma que os grupos "da comunidade" que se mobilizaram, essencialmente grupos de pais, fizeram-no mais como reação. Ele mesmo compareceu a uma reunião em uma igreja, com cerca de 500 pessoas muito irritadas. Essa reação obrigou à realização de discussões que impediram a D.E. de "cometer erros".

Quanto à descentralização do poder, uma das mencionadas bases de sustentação do projeto, o delegado afirma ter havido apenas descentralização de tarefas - sobretudo o cuidado com a vida funcional dos servidores - antes realizadas pelas Divisões Regionais de Ensino, que foram extintas. Ele pensa também que, hoje, o poder está mais centralizado, dando o exemplo do projeto Escola Padrão, implantado com mais tempo, oportunidades de discussão na D.E. e possibilidade de "opção da unidade escolar" quanto a participar. Assinala que a legislação dificulta a descentralização e que, embora haja reuniões quinzenais dos delegados de ensino com a Cogesp (Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo), eles só tomaram conhecimento da resolução que instituiu a reorganização pelo **Diário Oficial**.

Em outra D.E. da Capital, uma das supervisoras sublinha terem sabido pela imprensa que haveria uma reforma. Houve uma reunião com a presença de pais e alunos de várias escolas, na qual a representante da Secretaria colocou em discussão somente a execução da reforma.

Aquela supervisora acredita que alguns diretores foram favoráveis porque poderiam vir a dirigir escolas apenas de Ciclo Básico a 4ª série, considerando "mais fácil controlar" crianças que adolescentes. Além do cálculo para dividir o número de alunos pelos prédios escolares, esse critério subjetivo da preferência dos diretores também teria influído. Para a supervisora, muitas diretoras exprimem seu interesse maior em "simplificar tarefas" porque, visando aumentar seus vencimentos, foram habilitadas em Administração Escolar por "cursos de fim-de-semana" ou de complementação pedagógica, não sendo bem qualificadas profissionalmente.

Nessa D.E., duas escolas foram extintas. Houve reação dos pais em uma delas. A escola de destino apresentada os desagradou e eles preferiram

uma outra mais distante, porém, mais prestigiada. De todo modo, não se apurou o número dos que eventualmente perderam vagas. Segundo a supervisora, quando surgem queixas, providencia-se o encaixe em uma vaga, mas não em todos os casos, porque faltam vagas de 5ª a 8ª série noturnas.

Ao serem solicitados os dados sobre a distribuição das vagas por classes e séries, antes e após a reorganização, uma assistente de planejamento dessa D.E. disse que os dados referentes ao período anterior à implantação do projeto só eram disponíveis por escola e não de acordo com as áreas escolares que foram definidas para a reorganização. Os dados da situação posterior só estavam disponíveis por série.

A desinformação pode ser ainda apreciada no que diz respeito a eventuais efeitos negativos do projeto e suas correspondentes reações. Procurando, em abril de 1996, o número de casos relativos ao projeto apresentados aos vinte Conselhos Tutelares do município de São Paulo, sete deles haviam mudado de telefone, um deles informou a existência de cerca de 100 casos de crianças e adolescentes sem vagas em escolas, entre os quais "alguns" (?) entraram com representação no Ministério Público. Outro apontou cerca de trinta casos, em torno dos quais criou-se "muita confusão" mas que "foram se ajeitando", inclusive com a abertura de duas salas de aula. Os demais não fizeram um registro recuperável. Um deles estava em greve de protesto contra a falta de condições de trabalho oferecidas pela prefeitura (falta de transporte, instalações, materiais e remuneração de R\$ 132,00 para os conselheiros) e outro não estava funcionando porque houve uma intervenção devido a irregularidades na eleição dos conselheiros. De resto, a criação de Conselhos Tutelares é relativamente recente, sua existência, localização, atribuições e atividades são desconhecidas da maioria da população.

Uma posição a respeito

Em qualquer organização, a racionalização de recursos é em si desejável quando não se contrapõe aos seus objetivos principais. Em princípio, a justificativa de adequação do espaço escolar, virtualmente favorável à melhoria do trabalho pedagógico, é aceitável. O exame dos desdobramentos

das medidas adotadas permitirá julgar seu grau de eficácia.

Mas é preciso considerar o problema do acesso aos serviços educacionais como condição primordial do direito à educação. Parte das reações ao projeto pode ser imputada à ameaça (real ou não) que ele eventualmente representou àquele direito.

Sobre isso, não é conveniente fazer com facilidade, sobretudo em se tratando de autoridades do sistema de ensino, afirmações como "conforme é sabido, 80% das crianças e adolescentes entre 4 e 18 anos de idade já se encontram dentro da escola", ou "que o problema do atendimento à demanda no ensino fundamental de nosso Estado está quase resolvido". Primeiro porque, como a própria Secretária assinalou, não se dispõe de dados que permitam agilidade e segurança às decisões, especialmente os que dêem uma clara caracterização das relações entre oferta e demanda. A insuficiência e inconsistência dos dados disponíveis levou à necessária proposta de cadastramento dos alunos - aliás, ainda não concluído e divulgado -, uma vez que as autoridades não podiam precisar sequer quantos alunos efetivamente os serviços atendem no estado.

Esse problema, à primeira vista técnico, reveste-se de enorme importância, antes pelas limitações que coloca às tarefas educativas mas, em última instância, pelas implicações políticas sobre a própria viabilidade do regime democrático, entre cujos requisitos se encontra a existência de um espaço público caracterizado pela visibilidade. Apenas como exemplo significativo entre muitos que embaraçam a existência de um estado apropriado à democracia, cabe lembrar que a produção de dados nacionais por meio dos censos, feita historicamente a cada década, foi interrompida durante o governo Collor, de modo que o levantamento que deveria ter sido feito em 1990 só se realizou no ano seguinte e seus resultados, parciais, só começaram a ser publicados em 1994. Nessas condições, inviabiliza-se o planejamento e se coloca altíssimo risco para o sucesso de políticas públicas.

Em segundo lugar, cabe chamar a atenção para um sinal particular da concepção do projeto. A rede escolar é pensada tendo em vista apenas o

atendimento de crianças e adolescentes no ensino regular, excluindo até de sua imagem pública uma parcela muito importante dos deveres do estado, ou seja, "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (**Constituição**, art. 208, I). E não é apenas uma questão de imagem. Segundo o censo de 1991, há 2.223.073 analfabetos absolutos na população com 15 anos ou mais (10,16% do total dessa faixa etária) no Estado de São Paulo. Em número absolutos, nosso estado ocupa a segunda posição nas cifras desse tipo de analfabetismo da Federação. O atendimento à demanda no ensino fundamental, então, não parece estar "quase resolvido".

Em 11/4/96, a Secretaria da Educação mostrou que o número de classes foi reduzido em 7.834 (de 186.223, em 1995, para 178.389), tendo sido desativadas 152 unidades escolares. Considerando que o número de escolas de Ciclo Básico a 4ª série passou de 559 para 2.313 (34,4% do total), em 1996, e que estas ficam fechadas à noite, é possível que, para isto, tenham sido suprimidas vagas no ensino regular ou supletivo noturnos. As tabelas abaixo mostram perdas de vagas em duas D.E. da Capital, escolhidas aleatoriamente.

Evolução da matrícula inicial em 2 delegacias de ensino do Município de São Paulo - 1995 - 1996⁶

MATRÍCULA INICIAL EM 1995											
Delegacia de ensino	Ed. Especial	ALUNOS									
		DIURNO				NOTURNO			SUPLÊNCIA		
		1ª/4ª	5ª/8ª	2º Grau	Total	5ª/8ª	2º Grau	Total	1º Grau	2º Grau	Total
A	199	42.541	28.563	3.533	74.637	11.719	20.854	32.573	922		922
B	375	11.421	9.645	6.213	27.279	3.000	8.731	11.731	1.596	204	1.800

MATRÍCULA INICIAL EM 1996												
Delegacia de ensino	Ed. Especial	ALUNOS										
		DIURNO				NOTURNO			SUPLÊNCIA			
		1ª/4ª	5ª/8ª	2º Grau	Total	5ª/8ª	2º Grau	Total	Supl. I	Supl. II	Supl. 2º Gr.	Total
A	192	39.236	31.236	3.560	74.032	10.002	21.940	31.942		773		733
B	412	10.653	9.817	6.497	26.697	2.054	7.338	9.392	701	1.250	463	2.414

⁶ Dados fornecidos pelo Centro de Informações Educacionais da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

DIFERENÇA ENTRE MATRÍCULA INICIAL EM 1995 E EM 1996											
Delegacia de ensino	ALUNOS										
	Ed. Especial	DIURNO				NOTURNO			SUPLÊNCIA		
		1ª/4ª	5ª/8ª	2º Grau	Total	5ª/8ª	2º Grau	Total	Supl. 1º Gr.	Supl. 2º Gr.	Total
A	- 7	- 3.305	2.673	27	- 605	- 1.717	1.086	- 631	- 149		- 149
B	37	- 768	172	284	- 312	- 946	- 1.393	- 2.339	355	259	614

Não foi possível, até o momento, quantificar as vagas suprimidas no conjunto da rede escolar, assim como aquelas classes que deixaram de ser cedidas a programas de educação básica de jovens e adultos, municipais ou comunitários. Um exemplo que nos fornece algum indício é o dos responsáveis por programa do gênero, mantido pela Prefeitura de Campinas, que asseguram terem sido obrigados a deixar de atender 25 turmas, pelo menos 500 alunos.

Em terceiro lugar, ocorre um paradoxo. Após a aguda caracterização da máquina administrativa como gigante, ineficiente, morosa, centralizadora, incapaz de prestar os serviços necessários à rede e torná-la transparente à sua clientela, afastada dos problemas do ensino, repleta de incoerências e despida de mecanismos de controle, tomam-se medidas racionalizadoras de largo espectro (a reorganização), consideradas necessárias e urgentes: implementadas com esta máquina administrativa. É um problema difícil de resolver. Aparentemente, a reestruturação (e mesmo a subversão) de tal máquina deveria ser antecedente, como condição para as mudanças no conjunto das unidades escolares.

Finalmente, não obstante a implementação do projeto ter sido enunciada como gradual e com intensa participação "da comunidade" e apesar de o Conselho Estadual de Educação ter enfatizado a necessidade do envolvimento sistemático de prefeituras, instituições de ensino superior e de 2º grau que formam professores, bem como a divulgação clara, a discussão, a incorporação de sugestões e soluções locais com os interessados, o próprio escalão intermediário

de delegados de ensino - aos quais o projeto conferiu a liderança do processo - conheceu o projeto quando a resolução que o institui foi publicada no Diário Oficial. Os poucos meses de sua implantação foram insignificantes para interagir com a população e, certamente, não denotaram qualquer empenho pelo seu envolvimento. Só não se estranha a timidez das reações contrárias ao projeto porque essa população, que - é bom que se lembre - é titular de direitos, está zelosamente mantida na ignorância.

São Paulo, maio de 1996.

Documentos Consultados

- APEOESP faz intensa campanha contra a reorganização. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.
- APEOESP-SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Cartilha contra a reorganização da rede pública de ensino** : Secretaria de Educação impondo rumos : mudar para quem? São Paulo : Apeoesp, [1995]. 8 p.
- CONDECA e Unicamp criticam reforma. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.
- ESTUDANTES conquistam 600 vagas em Diadema. **Diário Popular**, São Paulo, 12/3/96.
- MOVIMENTO consegue apoio de deputados. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.
- NEUBAUER, Rose. Entrevista : busca de redenção. **Revista Sieesp**, São Paulo, v. 22, n. 179, mar. 1996, p. 8-11.
- PROFESSORES ficam sem aulas. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 213, fev. 1996, p. 6.
- QUADROS, Ana Maria. O risco da efemeridade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18/11/95, p. A-3.
- SÃO PAULO (Estado). CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CEE 674/95 - Comissão Especial - Aprovado em 8-11-95. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, v. 105, n. 216, 11/11/95, Seção I, p.13.
- SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL. **Exercício analítico de política educacional** : o caso do Estado de São Paulo. São Paulo : SEE, 1991. 86 p.
- SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Comunicado SE. de 22-3-95 [Torna público a todos os integrantes dos Quadros do Magistério, de Apoio Escolar e da Secretaria da Educação, as principais diretrizes educacionais para o Estado de São Paulo, para o período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998]. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 23/3/95, Seção I, p. 8-10.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação paulista** : corrigindo rumos : mudar para melhorar : uma escola para a criança, outra para o adolescente . São Paulo : SEE, [1995]. 4 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação paulista** : corrigindo rumos : mudar para melhorar : uma escola para a criança, outra para o adolescente : venha conhecer. São Paulo : SEE, 1995. 16 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação paulista** : corrigindo rumos : a escola de cara nova : diretores : o início das aulas. São Paulo : SEE, 1995. 47 p.

SÃO PAULO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Reorganização da Rede Estadual** : total do Estado : situação em 11/04/96. São Paulo : SEE, [1996]. 1 p.

SE muda critério de classificação. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 6.

SECRETARIA fecha mais de 8 mil classes no Estado. **Jornal da Apeoesp**, São Paulo, n. 211, dez. 1995, p. 8.